



Projeto de Resolução n.º 655/XVI/1.^a
Recomenda ao Governo o reforço das relações entre Portugal e Taiwan

Exposição de motivos

A situação internacional atual evidencia a crescente relevância de Taiwan no panorama geopolítico global. Com uma população de aproximadamente 23 milhões de habitantes, Taiwan afirma-se como um dos principais centros tecnológicos do mundo, desempenhando um papel fundamental na produção de semicondutores que sustentam indústrias essenciais, desde a eletrónica de consumo até aos setores automóvel e aeroespacial. Paralelamente, Taiwan enfrenta uma pressão diplomática e militar contínua por parte da República Popular da China, que reivindica a ilha como parte do seu território. Contudo, esta reivindicação carece de fundamento no direito internacional, não tendo qualquer base explícita na Resolução 2758 da Assembleia Geral das Nações Unidas, frequentemente invocada por Pequim.

Nos últimos anos, vários países, incluindo Estados-membros da União Europeia como a Lituânia, têm reforçado as suas relações com Taiwan através do estabelecimento de representações próprias em Taipé, promovendo laços políticos, económicos e culturais, apesar das pressões externas.

Além Lituânia e da própria União Europeia, vários países, como o Reino Unido, a França, a Alemanha, a Espanha, a Itália, a Suíça, os países do Benelux e de Visegrado, a Áustria, a Finlândia, Suécia e Dinamarca, mas também o Brasil, os EUA, o Canadá, Japão, Coreia do Sul, Índia, Austrália, Nova Zelândia e muitos outros, já estabeleceram representações em Taiwan, demonstrando que é possível aprofundar relações com Taipé sem prejuízo dos compromissos diplomáticos existentes. Assim, é essencial que Portugal adote uma abordagem semelhante, reforçando os laços económicos, culturais e institucionais com Taiwan.

Para além do seu peso económico e estratégico, Taiwan distingue-se como uma das democracias mais vibrantes da Ásia, destacando-se pelo respeito pelos direitos humanos, pela transparência política e pelo forte compromisso com o Estado de Direito.



O seu modelo democrático contrasta com regimes autoritários da região, afirmando-se como um exemplo de governação baseada na liberdade e no pluralismo. Num contexto internacional onde os regimes democráticos enfrentam desafios crescentes, Portugal deve valorizar e aprofundar relações com parceiros que partilham os seus princípios fundamentais. A União Europeia, no seu conjunto, tem vindo a reconhecer a importância de diversificar as suas relações internacionais e reduzir a dependência excessiva de mercados como o chinês. Neste contexto, Portugal não pode ignorar a evolução do panorama diplomático internacional e deve acompanhar esta tendência de reforço da cooperação com Taiwan, sob pena de comprometer os seus interesses estratégicos e económicos.

Atualmente, Portugal não dispõe de qualquer representação formal ou informal em Taiwan, o que gera dificuldades significativas para os cidadãos e empresas portuguesas, bem como para os taiwaneses interessados em Portugal. Os portugueses residentes em Taiwan enfrentam obstáculos administrativos consideráveis, nomeadamente no registo de casamentos e nascimentos ou na renovação de documentos oficiais, uma vez que estes processos apenas podem ser tratados em Macau. Esta situação implica custos e riscos desnecessários, dado que Macau se encontra sob a jurisdição da República Popular da China, cuja postura relativamente a Taiwan tem sido crescentemente hostil. Casos concretos ilustram estas dificuldades, como o de cidadãos portugueses que, casados com cidadãos taiwaneses, não conseguem ver os seus matrimónios devidamente reconhecidos em Portugal devido à ausência de uma representação consular que possa mediar esses processos. Há ainda registo de pais portugueses que encontram barreiras burocráticas ao tentarem registar os seus filhos nascidos em Taiwan como cidadãos portugueses, sendo obrigados a deslocar-se a Macau para tratar destes procedimentos, com todos os custos e riscos associados. De igual modo, cidadãos taiwaneses que pretendem casar com portugueses em Portugal enfrentam dificuldades devido à inexistência de reconhecimento administrativo adequado da sua nacionalidade, sendo muitas vezes erroneamente classificados como cidadãos da República Popular da China, uma situação que contraria a sua própria identidade e vontade.



Adicionalmente, a ausência de uma representação oficial portuguesa em Taiwan impõe barreiras significativas ao aprofundamento das relações económicas e comerciais. Taiwan é um dos mercados mais dinâmicos da Ásia, e as empresas portuguesas encontram dificuldades no estabelecimento de contactos e na formalização de parcerias estratégicas. Este défice institucional limita as oportunidades de exportação de bens e serviços portugueses e restringe o investimento em setores-chave como o turismo, a tecnologia e as energias renováveis. Por outro lado, taiwaneses interessados em investir ou deslocar-se a Portugal enfrentam entraves administrativos desnecessários, que desincentivam um maior intercâmbio entre os dois territórios.

No domínio cultural e académico, a falta de uma presença portuguesa em Taiwan também prejudica o desenvolvimento de iniciativas conjuntas. Taiwan tem demonstrado um interesse crescente na promoção da língua e cultura portuguesas, fomentando programas de intercâmbio e ensino da língua portuguesa. No entanto, a ausência de uma estrutura oficial em Taipé limita o potencial de expansão destas iniciativas, comprometendo o reforço da influência cultural portuguesa numa região de importância estratégica crescente.

Até à concretização da abertura de uma Representação Portuguesa em Taipé, impõe-se ainda que os assuntos consulares atualmente tratados em Macau sejam transferidos preferencialmente para a Embaixada de Portugal em Tóquio, garantindo maior segurança e acessibilidade aos cidadãos portugueses e taiwaneses.

Por outro lado, também em Portugal há um défice institucional no tratamento das relações com Taiwan. Presentemente, os representantes taiwaneses em Portugal veem os seus processos administrativos e burocráticos tratados pela Agência para a Imigração e Mobilidade Administrativa (AIMA), sem o adequado reconhecimento da especificidade das suas funções diplomáticas e institucionais. Este tratamento, além de desajustado face à prática internacional, ignora o facto de que em vários outros países europeus os representantes de Taiwan são tratados diretamente pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) respetivo, conferindo-lhes um estatuto mais apropriado ao seu papel de interlocutores institucionais e comerciais.



Adicionalmente, esta situação revela uma incoerência na política externa portuguesa, uma vez que Portugal, apesar de não reconhecer oficialmente o Estado da Palestina, concede aos seus representantes um tratamento semelhante ao de missões diplomáticas, permitindo que os seus processos administrativos e burocráticos sejam conduzidos pelo MNE. No entanto, essa mesma abordagem não se aplica a Taiwan, que, ao contrário da Palestina, mantém relações económicas e comerciais significativas com Portugal e a União Europeia, além de desempenhar um papel fundamental na economia global. Esta disparidade de tratamento não tem fundamento jurídico ou diplomático consistente e prejudica desnecessariamente o desenvolvimento das relações bilaterais.

É, por isso, necessário corrigir esta anomalia, garantindo que os assuntos administrativos relacionados com Taiwan passam a ser tratados pelo MNE, assegurando um enquadramento mais adequado ao relacionamento entre os dois territórios e alinhando Portugal com as melhores práticas europeias.

Resolução

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

- 1. Estabeleça uma Representação Portuguesa em Taiwan, iniciando os procedimentos necessários para a criação de uma estrutura que promova os interesses de Portugal em Taiwan, abrangendo funções económicas, culturais e/ou consulares.**
- 2. Transfira, até à abertura de uma representação com competências consulares em Taiwan, os assuntos atualmente tratados em Macau, preferencialmente para a Embaixada de Portugal em Tóquio, garantindo melhores condições de acessibilidade e segurança para os cidadãos portugueses e taiwaneses.**



- 3. Proceda à reestruturação do tratamento administrativo e burocrático dos representantes taiwaneses em Portugal, assegurando que os seus processos passem a ser da competência do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em linha com as melhores práticas adotadas por vários Estados europeus, reconhecendo o papel institucional e comercial de Taiwan.**

Palácio de São Bento, 7 de fevereiro de 2025

Os Deputados da Iniciativa Liberal,

Rodrigo Saraiva
Carlos Guimarães Pinto
Joana Cordeiro
Mariana Leitão
Mário Amorim Lopes
Patrícia Gilvaz
Rui Rocha
André Abrantes Amaral